



Aprovado
por unanimidade

JUNTA DE FREGUESIA

DELIBERAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DA AJUDA N.º 143/2024

Assunto: Contrato de Delegação de competências para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes na Freguesia da Ajuda 2024

Considerando

O interesse da Câmara Municipal de Lisboa na manutenção e regeneração dos diversos espaços verdes e áreas expectantes na Freguesia da Ajuda, com vista a contribuir para aumentar o potencial ecológico e a biodiversidade na cidade, mas também para melhorar a qualidade do espaço público e o seu usufruto pela população, será celebrado o Contrato de Delegação de Competências entre ambas as partes.

Uma vez que a Junta de Freguesia, pela proximidade com o território, conhece melhor as suas potencialidades e fragilidades pode, através do mecanismo proposto, assegurar uma resposta mais eficaz, concreta e equilibrada, à realidade da sua área geográfica.

Assim, ao abrigo do artigo 116º e seguintes da Lei nº 75/2013, e 12 de setembro, será celebrado o presente Contrato de Delegação de Competências.

Propomos que a Junta delibere aprovar e submeter à Assembleia de Freguesia para ratificação em autorização de celebração de Contrato de Delegação de competências para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes na Freguesia da Ajuda, nos termos da minuta em anexo.

Aprovado em 21 de março de 2024, por unanimidade

O Presidente



(Jorge Marques)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E ÁREAS EXPECTANTES NA FREGUESIA DA AJUDA

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva de direito público n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vereador Ângelo Cipriano da Cunha Fialho Pereira, com competências delegadas por via do despacho 166/P/2021, de 4 de Novembro, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1446, de 4 de novembro de 2021 e da Proposta n.º 794/2023 aprovada em 13 de dezembro de 2023, e adiante designada por **Município de Lisboa** ou **Primeira Contratante**.

E

FREGUESIA DE AJUDA, pessoa coletiva n.º 501138943 com sede na Calçada da Ajuda, 236 - 238, 1349-037 Lisboa, aqui representada pelo Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Jorge Manuel Marques, com poderes para o ato, e adiante designada por **Freguesia** ou **Segunda Contratante**.

CONSIDERANDO QUE:

- a) Nos termos do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, bem como o regime jurídico da transferência de competências dos municípios nas freguesias, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, designadamente nos domínios dos equipamentos urbanos; da cultura; tempos livres e desporto, da acção social; do ambiente, do desenvolvimento e ordenamento urbano e da protecção da comunidade;
- b) Nos termos do disposto no artigo 116º e seguintes, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estas delegações devem ter como objectivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- c) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º do mesmo diploma legal, entre outros, o da Prossecução do Interesse Público e o da Necessidade e Suficiência de Recursos;
- d) Mais prevê o mencionado diploma legal que as referidas delegações de competência devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- e) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- f) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do mesmo diploma legal, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia da Ajuda, pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- g) Segundo o mesmo quadro legal as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesias são instruídas com os estudos previstos no n.º3 do artigo 115º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- h) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato apoia-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo;
- i) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Ajuda, por deliberação da Assembleia Municipal, _____, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

É celebrado, o presente Contrato de Delegação de Competências, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 116º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicados no Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Cláusula 1.ª

Objetivo da delegação de competências

O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo promover a manutenção de alguns espaços verdes e áreas expectantes na área geográfica da freguesia da Ajuda, com vista a contribuir para aumentar o potencial ecológico e a biodiversidade na cidade, mas também para a melhoria da qualidade do espaço público e seu usufruto pela população.

Cláusula 2.ª

Objeto e Competências delegadas

1 - O presente contrato de delegação de competências do Município de Lisboa na Junta de Freguesia de Ajuda, tem por objeto a concretização de intervenções que concorram para os objetivos referidos na cláusula anterior e que, simultaneamente, sejam adequadas aos desafios territoriais da freguesia.

2 – Qualquer intervenção executada com delegação de competências e atribuição de recursos para a sua execução está vinculada simultaneamente ao cumprimento de três factores:

- a) Exclusividade das intervenções na área de atuação referida na cláusula anterior;
- b) Limite financeiro atribuído conforme Anexo I; e
- c) Limite financeiro do total de recursos atribuídos à Junta de Freguesia, nos termos da cláusula 6.ª.

Cláusula 3.ª

Obrigações da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas;
- b) Exercer as competências delegadas de modo eficiente e eficaz, promovendo a execução das intervenções objecto do presente contrato, de modo a que contribuam para a concretização dos objetivos referenciados na cláusula 1.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- c) Exercer as competências delegadas cooperando sempre com o Município para melhorar a sustentabilidade ambiental, social e económica de Lisboa, respeitando as normas e orientações técnicas, cumprindo as disposições legais aplicáveis, os diferentes regulamentos municipais e normas em vigor, assim como as recomendações municipais, designadamente as do "Regulamento do Arvoredo" e do "Manual do Espaço Público" do Município de Lisboa;
- d) Promover todos os atos necessários à condução dos procedimentos de contratação que se julguem necessários e de acordo com a legislação em vigor;
- e) Informar por escrito a Primeira Contratante sempre que ocorram atrasos na execução dos trabalhos objecto do presente contrato em virtude de qualquer facto, nomeadamente os imputáveis a terceiros;
- f) Assumir todos os danos causados, em propriedade municipal ou de terceiros, no decorrer da execução dos trabalhos objecto do presente contrato, sejam aqueles de natureza humana ou material, devendo reparar, com urgência e à sua custa, os danos que porventura ocorram;
- g) Cooperar com a Primeira Contratante no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução, com a periodicidade definida nas cláusulas 4ª, 7ª e 8ª do presente contrato e sempre que solicitado pela Primeira Contratante, designadamente no que diz respeito às orientações estabelecidas no caderno de encargos de manutenção e reabilitação, cfr. Anexo III;
- h) Aplicar e administrar no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis os recursos financeiros tendo em conta o objeto do presente contrato, garantindo a afectação das verbas atribuídas nos programas e intervenções enunciados no Anexo I do presente contrato.
- i) A Segunda Contratante, no que se refere aos tratamentos de dados pessoais abrangidos por este Contrato, obriga-se ao cumprimento de todas as regras e disposições aplicáveis nesta matéria e que decorrem do cumprimento dos princípios relativos ao tratamento de dados pessoais, estabelecidos no artigo 5º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.
- j) A divulgação e publicitação do financiamento concedido pelo Município de Lisboa no âmbito do presente Contrato de Delegação de Competências, para a execução das intervenções previstas, constitui uma responsabilidade da Junta de Freguesia, recorrendo para isso aos meios mais adequados a cada caso.



Cláusula 4.^a

Obrigações adicionais da Segunda Contratante

- 1 – Qualquer alteração que a Segunda Contratante pretenda realizar, deverá, previamente, submeter a parecer e sequente validação, pela Primeira Contratante, referindo para o efeito, o tipo de intervenção que pretende efectuar, a data prevista para o início da intervenção, referindo ainda se as acções previstas para cada intervenção são executadas através de procedimento concursal, ou efetuadas com meio a recursos próprios, designadamente, materiais e humanos.
- 2 - As intervenções de manutenção ou de requalificação, que a Segunda Contratante, pretenda executar devem garantir o preconizado no caderno de encargos do Anexo III, respeitando a execução das operações de manutenção previstas para os espaços, nos termos das tipologias definidas.
- 3 - A Segunda Contratante fica ainda obrigada a informar a Primeira Contratante das intervenções propostas que impliquem custos futuros de gestão e manutenção de espaços ou equipamentos para análise e validação, devendo remeter antecipadamente a respectiva estimativa de custos.
- 4 – A definição e o valor a alocar às intervenções executadas com meio a recursos próprios têm que ser previamente acordada entre Primeira Contratante e a Segunda Contratante.
- 5 – A Segunda Contratante deverá reportar e introduzir toda a informação relativa à execução das novas intervenções contratualizadas no Sistema de Gestão e Planeamento de Intervenções (SGPI).
- 6 - O cumprimento do estipulado nos números anteriores constitui condição indispensável para a realização das ulteriores transferências financeiras a efectuar ao abrigo do presente contrato.

Cláusula 5.^a

Obrigações da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à Primeira Contratante:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos do presente contrato;
- b) Prestar o apoio técnico necessário no âmbito das matérias delegadas, sempre que solicitado pelas Juntas de Freguesia, e de acordo com a capacidade dos serviços municipais.
- c) Acompanhar os trabalhos, que a segunda contratante realize no âmbito do presente contrato, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela Segunda Contratante;
- d) Validar no período de 20 dias úteis após a entrega pela Junta de Freguesia, os documentos justificativos da execução financeira do valor dos recursos afectos, nos termos da cláusula 6.^a;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- e) Emitir o parecer técnico prévio referido nos números 1, 2 e 3 da Cláusula 4ª, no prazo de 20 dias úteis após a solicitação do mesmo pela Junta de Freguesia;
- f) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício das competências delegadas no presente contrato.

Cláusula 6.ª

Valor Total de Recursos Financeiros

1 – A Câmara Municipal de Lisboa disponibilizará à Segunda Contratante o Valor Total de Recursos Financeiros de € 23.225,10 (vinte e três mil, duzentos e vinte cinco euros e dez cêntimos), para o exercício das competências e realização das intervenções objecto do presente contrato.

2 – O Valor Total de Recursos Financeiros referido no número anterior será transferido numa única prestação anual.

3 – O Valor Total de Recursos Financeiros pode ainda ser objeto de redução, sem mais formalidades e na devida proporção se, em função dos custos reais apurados e ou contratualizados, se verificar que o custo real das intervenções será de valor inferior ao previsto.

4 – O Valor Total de Recursos Financeiros poderá ser anualmente ajustado, sem mais formalidades, em função do referido no número 3 da presente cláusula.

CAPÍTULO II

ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E MONITORIZAÇÃO

Cláusula 7.ª

Acompanhamento e Monitorização

1 – Compete à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal de Lisboa efectuar a monitorização da realização e resultados das intervenções, assim como o controlo e fiscalização do presente contrato, no âmbito das obrigações contratuais e do desempenho físico e financeiro das intervenções.

2 – A execução do presente contrato será acompanhada de forma contínua pela Primeira Contratante que pode, a todo o tempo, solicitar à Segunda Contratante documentos que considere relevantes, bem como realizar visitas aos locais abrangidos pela presente delegação de competências e/ou promover reuniões conjuntas e periódicas com a Junta de Freguesia.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

3 - A Segunda Contratante disponibilizará à Primeira Contratante, relatórios trimestrais de avaliação de execução física e financeira das competências delegadas e das verbas do acordo firmado, dos quais fará parte integrante um formulário/minuta a facultar pela Primeira Contratante (a enviar em formato digital juntamente com o Caderno de Encargos), assim como todos os documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados.

4 - A entrega dos relatórios a que se refere o número anterior deverá ter lugar até ao décimo dia do mês seguinte a que disser respeito o trimestre em referência.

5 - A Freguesia obriga-se ainda a constituir, e a ter permanentemente actualizado e disponível, um dossier técnico de execução física e financeira das verbas transferidas pelo Município ao abrigo do presente contrato, com referência ao saldo existente nesse momento.

Cláusula 8.ª

Auditoria

Os programas/intervenções objeto do presente contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a Segunda Contratante disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

Cláusula 9.ª

Incumprimento do contrato

1 – O Incumprimento das obrigações resultantes do presente Contrato por qualquer das partes confere à outra parte o direito de o resolver total ou parcialmente; sem prejuízo da obrigação de devolução, pela segunda contratante, de verbas que lhe tenham sido transferidas ao abrigo do presente contrato e que, a data da resolução se não mostrem documentalmente justificadas.

2 – A Câmara Municipal de Lisboa pode optar por, em situações que justifiquem a resolução, proceder à suspensão temporária da transferência das verbas previstas na Cláusula 6ª até que se encontre regularizada a situação.



Cláusula 10.^a

Modificação, Revogação e Resolução

1 – O presente contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes, devendo revestir a forma escrita.

2 - Qualquer modificação aos limites de financiamento entre os diversos Programas terá de ser formalizada, obedecendo à seguinte metodologia:

- a) Até 25% do total de financiamento atribuído é aprovada pelo Vereador com Pelouro em matérias de protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia;
- b) Até 50% do total de financiamento atribuído é aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia.

3 – Poderá ocorrer modificação dos limites de financiamento entre os diversos Programas, mas na condição de, em termos do total de financiamento atribuído, o mesmo não ser ultrapassado podendo, contudo, ser reduzido.

4 – O presente contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável à outra Contratante;
- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula 11.^a

Lacunas e dúvidas

Na verificação de lacunas e resolução de dúvidas eventualmente emergentes do clausulado do presente Contrato aplicam-se as disposições vigentes na Lei da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/12, de 8 de novembro), no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro de 2013), no Código da Contratação Pública e no Código de Procedimento Administrativo.



CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 12.ª

Entrada em vigor e vigência do contrato

- 1 – O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes Contratantes.
- 2 – O período de vigência do Contrato de Delegação de Competências comporta o tempo adequado ao exercício da competência, de modo a ser executada e concluída a intervenção em causa, com o limite do período de duração do mandato autárquico.
- 3 – Em casos excepcionais, devidamente fundamentados, o período de vigência do presente contrato poderá ser prorrogado, pelo período de seis meses subsequente a instalação de novo órgão autárquico, salvo se o contrato for denunciado por algum dos contratantes, até 60 dias após a referida instalação.

O presente contrato é feito em triplicado, ficando dois exemplares na posse da Primeira Contratante e um na posse da Segunda Contratante.

Paços do Concelho de Lisboa, 14 de dezembro de 2023.

Pela Primeira Contratante,

Pela Segunda Contratante,

O Vereador

O Presidente da Junta de Freguesia

(Ângelo Fialho Pereira)

(Jorge Manuel Marques)



of

ANEXOS:

- 1 – Quadros com os espaços a manter (inclui Cód. SIG, morada/designação, área, tipologia, valor da manutenção em 2023).
- 2 – Mapas com a localização georreferenciada dos espaços a manter pela Junta de Freguesia.
- 3 – Caderno de encargos (exemplo), com regras a observar na execução dos trabalhos de cada tipologia, de forma a garantir a sua qualidade e resultados adequados na manutenção dos espaços verdes.
- 4 - Estudo ao abrigo do artigo 122.º conjugado com o nº3 do artigo 115º, ambos do anexo I da lei nº75/2013, de 12 de setembro, alterado pela lei n.º 69/2015, de 16 de julho no âmbito do protocolo de delegação de competências entre o município e as 24 freguesias.



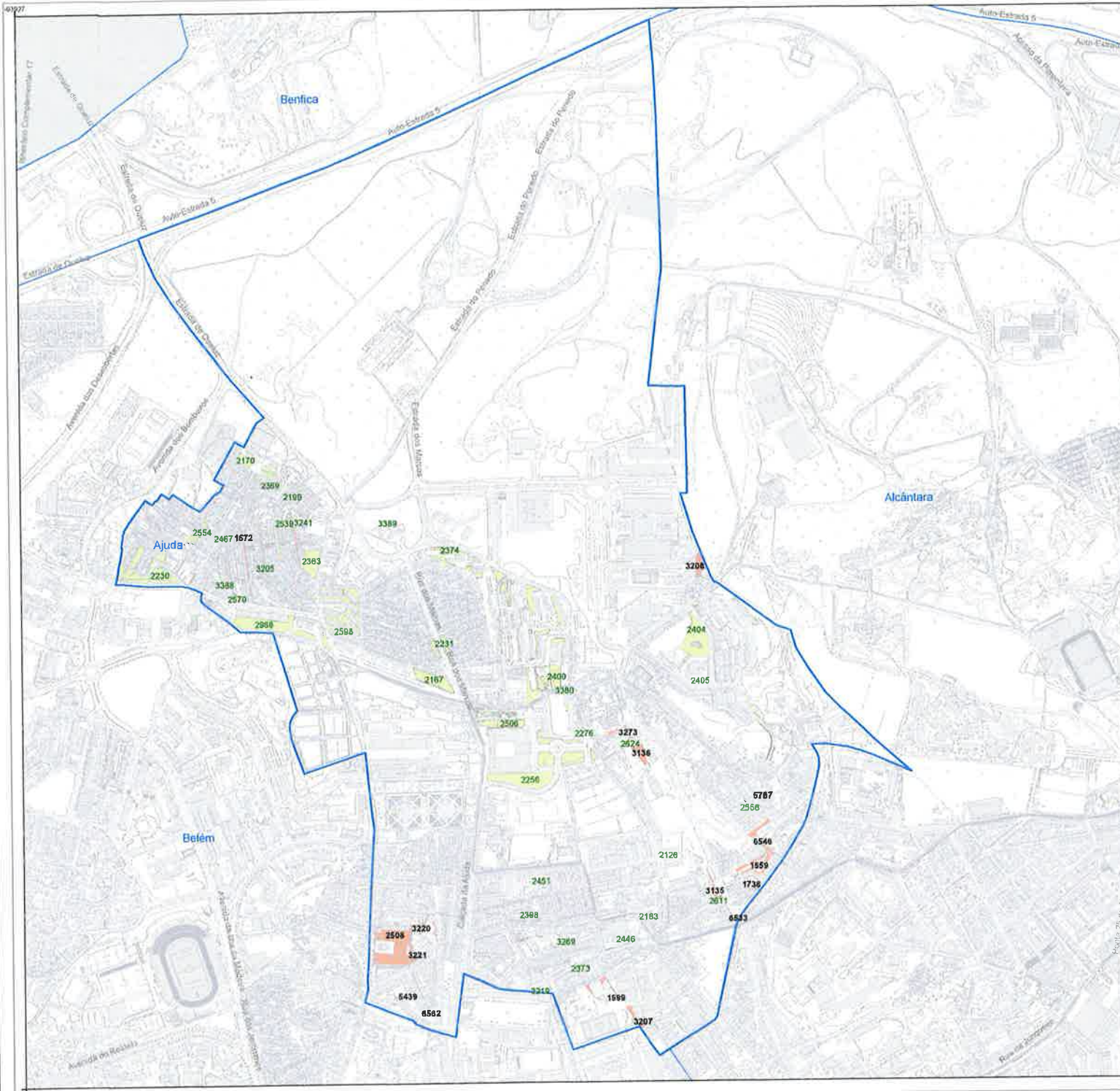
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE, ESTRUTURA VERDE, CLIMA E ENERGIA

DEPARTAMENTO DA ESTRUTURA VERDE

PROPOSTA CDC 2023 JUNTA DE FREGUESIA DA AJUDA

Código SIG atual	Designação	Área (m2)	Nível de Manutenção	Preço/m2	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1559	RUA GIOVANNI ANTINORI	1 517,00	2 - Elevado	0,131 €	198,73 €	2 384,72 €
1572	BAIRRO CARAMÃO DA AJUDA - NOVOS ESPAÇOS	1 913,00	2 - Elevado	0,131 €	250,60 €	3 007,24 €
1599	PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO DAS SALÉSIAS	825,00	3 - Regular	0,040 €	33,00 €	396,00 €
1738	TRAVESSA D. JOÃO DE CASTRO	362,00	2 - Elevado	0,131 €	47,42 €	569,06 €
2508	IGREJA DA MEMÓRIA	4 319,00	2 - Elevado	0,131 €	565,79 €	6 789,47 €
3135	RUA RUI DE PINA	327,00	2 -Elevado	0,131 €	42,84 €	514,04 €
3136	TRAVESSA DA AJUDA - NOVOS ESPAÇOS	1 731,00	2 -Elevado	0,131 €	226,76 €	2 721,13 €
3207	RUA ALFREDO DA SILVA	870,00	4 - Elementar	0,011 €	9,57 €	114,84 €
3208	RUA JOAQUIM FIADEIRO JUNTO DA TAPADA	1 311,00	4 - Elementar	0,011 €	14,42 €	173,05 €
3220	ESTACIONAMENTO TRASEIRAS DO COMITÉ OLÍMPICO	1 511,00	2 -Elevado	0,131 €	197,94 €	2 375,29 €
3221	COMITÉ OLÍMPICO	831,00	2 -Elevado	0,131 €	108,86 €	1 306,33 €
3273	PÁTIO DO SEABRA - AJUDA	134,00	2 -Elevado	0,131 €	17,55 €	210,65 €
5439	RUA TRÊS À RUA JOÃO DE CASTILHO	124,00	2 -Elevado	0,131 €	16,24 €	194,93 €
5787	RUA PARTICULAR À RUA DO CRUZEIRO	300,00	4 - Elementar	0,011 €	3,30 €	39,60 €
6533	LARGO DO RIO SECO	180,00	2 -Elevado	0,131 €	23,58 €	282,96 €
6546	PÁTIO DO LÉ	1 335,00	2 -Elevado	0,131 €	174,89 €	2 098,62 €
6562	RUA JOÃO DE CASTILHO - TRIÂNGULO	30,00	Regular	0,131 €	3,93 €	47,16 €
		32 997,90		0,059 € /m2 valor médio	1 935,43 €	23 225,10 €



Freguesias 2012

REFORMA ADMINISTRATIVA LISBOA 2014

PROPOSTA 2023 DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA JF (ÁREA TOTAL 17.820m²)

COD_610, NOME

- 1559, Rua Giovanni Anónni/Pátio do Ló
- 1572, Bairro Caramão da Ajuda - Novos Espaços
- 1589, Parque Público de Estacionamento das Salésias
- 1738, Travessa Dom João de Castro - Junto ao Lote 4
- 2508, Igreja da Memória
- 3135, Rua Rui de Pina
- 3136, Travessa da Ajuda - Novos Espaços
- 3207, Rua Alfredo da Silva
- 3208, Rua Joaquim Fidelro Junto da Tapada
- 3220, Estacionamento trezeiros do Comité Olímpico
- 3221, Comité Olímpico
- 3273, Pátio do Seabra - Ajuda
- 5439, Rua Três à Rua João de Castilho
- 5787, Rua Particular à Rua do Cruzeiro
- 6533, Largo do Rio Seco
- 6546, Pétio do Ló
- 6562, Rua João de Castilho - Triângulo



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
 DIREÇÃO MUNICIPAL DE AMBIENTE, ESTRUTURA VERDE,
 CLIMA E ENERGIA
 NÚCLEO DE INFORMAÇÃO GEOSPACIAL E CARTOGRAFIA

CDC - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - AJUDA

Data:
04-12-2023

Escala A2:
1:7 000

Nº de Folha:
1/1

Fonte da informação: Lisboa Interativa, DMAEVCE/GEV
 Sistema de referência: ETRS_1989_Portugal_1406





28

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE, ESTRUTURA VERDE, CLIMA E ENERGIA
DEPARTAMENTO DA ESTRUTURA VERDE

ESTUDO AO ABRIGO DO ARTIGO 122.º CONJUGADO COM O N.º 3 DO ARTIGO 115.º, AMBOS DO
ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

NO ÂMBITO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O
MUNICÍPIO E A FREGUESIA DA AJUDA

Nota prévia:

No âmbito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

1. - QUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS

1.1. - Enquadramento

Refere-se o presente estudo à proposta de Celebração do Contrato de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia da Ajuda para a manutenção, e regeneração, de espaços verdes e áreas expectantes na área geográfica da freguesia.

É do interesse da cidade e da Câmara Municipal de Lisboa que se proceda à manutenção dos diversos espaços integrados no presente Contrato de Delegação de Competências, de modo a contribuir para o aumento do potencial ecológico e de biodiversidade na cidade, mas também para a melhoria da qualidade do espaço público, para usufruto da população.

Os trabalhos previstos serão assegurados de forma mais eficaz pela JF que, pela proximidade com o território, conhece melhor as suas potencialidades e fragilidades, podendo através deste mecanismo assegurar uma resposta mais concreta e equilibrada, às realidades dos espaços verdes da sua área geográfica.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE, ESTRUTURA VERDE, CLIMA E ENERGIA

DEPARTAMENTO DA ESTRUTURA VERDE

1.2. – Tabela 1 – Espaços a delegar

PROPOSTA CDC 2023 JUNTA DE FREGUESIA DA AJUDA						
Código SIG atual	Designação	Área (m2)	Nível de Manutenção	Preço/m2	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1559	RUA GIOVANNI ANTINORI	1 517,00	2 - Elevado	0,131 €	198,73 €	2 384,72 €
1572	BAIRRO CARAMÃO DA AJUDA - NOVOS ESPAÇOS	1 913,00	2 - Elevado	0,131 €	250,60 €	3 007,24 €
1599	PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO DAS SALÉSIAS	825,00	3 - Regular	0,040 €	33,00 €	396,00 €
1738	TRAVESSA D. JOÃO DE CASTRO	362,00	2 - Elevado	0,131 €	47,42 €	569,06 €
2508	IGREJA DA MEMÓRIA	4 319,00	2 - Elevado	0,131 €	565,79 €	6 789,47 €
3135	RUA RUI DE PINA	327,00	2 - Elevado	0,131 €	42,84 €	514,04 €
3136	TRAVESSA DA AJUDA - NOVOS ESPAÇOS	1 731,00	2 - Elevado	0,131 €	226,76 €	2 721,13 €
3207	RUA ALFREDO DA SILVA	870,00	4 - Elementar	0,011 €	9,57 €	114,84 €
3208	RUA JOAQUIM FIADEIRO JUNTO DA TAPADA	1 311,00	4 - Elementar	0,011 €	14,42 €	173,05 €
3220	ESTACIONAMENTO TRASEIRAS DO COMITÉ OLÍMPICO	1 511,00	2 - Elevado	0,131 €	197,94 €	2 375,29 €
3221	COMITÉ OLÍMPICO	831,00	2 - Elevado	0,131 €	108,86 €	1 306,33 €
3273	PÁTIO DO SEABRA - AJUDA	134,00	2 - Elevado	0,131 €	17,55 €	210,65 €
5439	RUA TRÊS À RUA JOÃO DE CASTILHO	124,00	2 - Elevado	0,131 €	16,24 €	194,93 €
5787	RUA PARTICULAR À RUA DO CRUZEIRO	300,00	4 - Elementar	0,011 €	3,30 €	39,60 €
6533	LARGO DO RIO SECO	180,00	2 - Elevado	0,131 €	23,58 €	282,96 €
6546	PÁTIO DO LÉ	1 335,00	2 - Elevado	0,131 €	174,89 €	2 098,62 €
6562	RUA JOÃO DE CASTILHO - TRIÂNGULO	30,00	Regular	0,131 €	3,93 €	47,16 €
		32 997,90		0,059 € /m2 valor médio	1 935,43 €	23 225,10 €

1.3. - Resposta às questões do n.º 3 do artigo 115.º

a) O não aumento da despesa pública global;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE, ESTRUTURA VERDE, CLIMA E ENERGIA

DEPARTAMENTO DA ESTRUTURA VERDE

Pela proximidade com o território e com as reais necessidades dos espaços verdes e áreas expectantes da freguesia, é propósito da Junta de Freguesia da Ajuda proceder de forma mais eficaz aos trabalhos programados para as áreas que são objeto de delegação de competências, sendo viável o aproveitamento dos recursos disponíveis pelo que não vai contribuir para o aumento da despesa pública.

b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais;

Sendo a Junta de Freguesia da Ajuda a entidade gestora de vários espaços com a mesma natureza dos ora delegados, é praticável uma maior racionalização dos recursos envolvidos na requalificação deste espaço.

c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

A delegação de competências dos trabalhos de manutenção e requalificação dos diversos espaços verdes e áreas expectantes, para Junta de Freguesia da Ajuda, permite a esta autarquia garantir uma maior eficácia para alcançar os objetivos de qualidade e salubridade que se impõem na capital, e especificamente nesta freguesia. A proximidade da gestão permite ainda uma maior eficácia e uma resposta mais rápida a eventuais problemas que possam surgir.

d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º;

A Junta de Freguesia da Ajuda, pela proximidade que tem com os cidadãos e pelo facto de ser a atual gestora de vários espaços na Freguesia reúne mais condições para no seu conjunto acionar os meios de gestão garantindo o cumprimento dos objetivos previsto no artigo 112.º.

e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

A presente proposta foi articulada entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia da Ajuda, no âmbito das correlativas competências.